

Uma obra imperativa: valorizar os salários

As obras e reformas parecem ir bem na USP. Entre aquelas necessárias e outras questionáveis, é evidente que os recursos de custeio e capital tiveram contrapartida muito mais atrativa do que nossos modestos salários. O aperto de salários a muitos deve ofuscar eventuais prazeres em saborear as reformas paisagísticas no CUASO, ou a instalação de ar condicionado nas salas de aula do IAG (solução muito pouco sustentável para a climatização do ambiente).

Enquanto cresce nossa intensidade de trabalho, o perene autoritarismo de nossa administração universitária vai gerindo à sua moda a partilha do crescimento da arrecadação do ICMS observado nos últimos três anos. A tabela 1 mostra o que temos nos últimos três anos: salários reajustados ao rés da inflação enquanto a arrecadação acumulou um crescimento 30,4% acima dos reajustes salariais. Não é de admirar que a imaginação alee vãos na hora de gastar em custeio e capital...

É hora de exigirmos tratamento digno ao maior patrimônio humano das universidades estaduais paulistas: os docentes, os funcionários técnico-administrativos e os estudantes.

Há um grande espaço para recuperar salários e implementar uma política efetiva de permanência estudantil. O Fórum das Seis, por meio das assembleias de suas entidades, está definindo três componentes para a reivindicação salarial: (a) reposição de perdas devido à inflação de abril/08 a abril/09

(~6,1%); (b) 10%, visando a reposição de uma parte das perdas históricas que tivemos; (c) uma parcela de reposição que reduza injustiças sociais, diminuindo a relação entre o menor e o maior salário (a Adusp defende que seja a parcela fixa de R\$ 200, prometida e não cumprida pelos reitores).

A tabela 2 mostra qual seria o comprometimento estimado do repasse do ICMS com as folhas de pagamento em 2009, considerando progressivamente a incorporação de cada um destes itens da reivindicação. Como pode ser observado, usando a projeção do cenário oficial para o crescimento da arrecadação, o atendimento pleno de nossa reivindicação representaria um pequeno acréscimo no comprometimento médio registrado pelas universidades desde 1995.

Colegas: nossa mobilização é indispensável para mudar este quadro!

Tabela 1

Ano	Reajuste salarial (%)	Crescimento nominal do ICMS (%)*	Crescimento do ICMS acima do reajuste salarial (%)	
			No ano	Acumulada
2006	2,55	11,3	8,5	8,5
2007	4,92	11	5,8	14,8
2008	6,51	20,9	13,5	30,4

(*) Descontadas as parcelas correspondentes ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI)

Tabela 2

Comprometimento estimado dos repasses do ICMS com salários

(considerando inflação de 4% e crescimento econômico de 1% em 2009 - atual previsão oficial)

Reajuste	Total	Unesp	Unicamp	USP
6,10%	80,42%	81,53%	82,56%	78,97%
6,1+10%	85,55%	86,71%	87,82%	84,01%
21%(*)	87,62%	88,80%	89,95%	86,06%
comprometimento médio de 1995 a 2008	86,39%	88,53%	88,40%	84,52%

(*) 21% é o percentual aproximado de crescimento da folha com reajuste de 6,1%+10%+R\$ 200 fixos



Montagem/Adusp

Deliberações da Assembléia da Adusp

A Assembléia Geral da Adusp de 2/4/09 deliberou indicar ao Fórum das Seis a inclusão de novos itens na pauta de reivindicação para a data-base. Entre os itens indicados está a reposição inflacionária, a recomposição salarial de 10% e o pagamento da parcela fixa. A reivindicação visa recuperar parcialmente o poder aquisitivo de 1989 e reduzir a razão entre maiores e menores salários nas universidades estaduais paulistas e Centro Paula Souza. Atualmente, para ter o mesmo poder aquisitivo de 1989, o salário médio de um MS3 deveria ser R\$ 8.990.

A Assembléia realizada no campus de Ribeirão Preto aprovou também a proposta adicional de discussão de um piso salarial para professores-doutores em RDIDP, equivalente a quatro salários-mínimos do Dieese.

Debate sobre a Ditadura lança Revista Adusp em 16/4

A edição 44 da *Revista Adusp* será lançada no dia 16/4, às 18 horas, no auditório Abrahão de Moraes do Instituto de Física, com debate sobre o tema “A Ditadura militar morreu?” Os professores Fábio Konder Comparato (FD), Gerhard Malnic (ICB) e Maria Victoria Benevides (FE) serão os debatedores, cabendo a coordenação ao professor João Zanetic (IF). Ao final, será servido coquetel.



O título do debate é o mesmo da revista, que aponta, em diversas reportagens e artigos, uma série de legados problemáticos da Ditadura militar (1964-1985), desde a impunidade dos agentes da repressão política até a mentalidade da cúpula das Forças Armadas, a qual “não hesita em colocar-se acima da sociedade, ignorando decisões judiciais, resistindo ao poder civil e insistindo em manter sob tutela partes do Estado brasileiro”, como assinala o editorial da edição 44.

A reportagem sobre a perseguição da Aeronáutica aos controladores militares de vôo que realizaram uma greve de zelo em 2007, perseguição que se traduziu em prisões, condenações e expulsões, é um dos pontos fortes da edição. Outros destaques: o reencontro de ex-alunos da USP, quarenta anos após a invasão do Crusp por tropas do Exército e da Força Pública; a homenagem da Faculdade de Medicina a oito professores que foram exonerados ou perseguidos pelo regime militar; a entrevista com o ministro Paulo Vannucchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

Outras matérias da revista registram a movimentação existente na sociedade brasileira, nos dias de hoje, realizada por ex-presos políticos e por familiares de mortos e desaparecidos (e que encontra

acolhida em alguns setores do Estado), em busca de punição para torturadores e assassinos; de reparações para as vítimas; e do direito à memória, para que se conheça a realidade do período ditatorial.

Debatedores

O professor Comparato é ativo protagonista desse movimento por justiça e verdade, entre outros motivos por atuar como um dos advogados da família de Luis Eduardo Merlino (jovem jornalista assassinado pelo DOI-CODI



Manifestação em Brasília (2008) contra impunidade dos agentes da ditadura

em 1971), em processo judicial para que o coronel Carlos Alberto Brillante Ustra seja declarado torturador.

A professora Maria Victoria, por sua vez, é uma ativista da educação em direitos humanos. Integra o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, ligado à SEDH, e faz parte da diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Direitos Humanos.

Recentemente, ao contesta-

rem editorial da *Folha de S. Paulo* que qualificava o regime militar brasileiro como “ditabranda”, os professores Comparato e Maria Victoria foram alvo de ofensas do jornal. Ao atacar docentes de grande prestígio acadêmico e reconhecida dedicação à luta democrática, a *Folha* deu um mau passo que mais tarde tentou desfazer, ao admitir parcialmente seu erro, após manifestação de protesto à sua porta.

O professor Malnic não se

envolveu diretamente com política nos chamados anos de chumbo, mas foi esse distanciamento que lhe permitiu ajudar pessoas que eram caçadas pela repressão política. Entre elas, o então estudante de medicina Paulo Vannuchi.

Espera-se, assim, que o debate de 16/4 traga variadas contribuições, não só a partir da rica experiência pessoal de Comparato, Maria Victoria e Malnic, mas também do público.

TRF determina suspensão de cursos pagos na UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi obrigada a suspender 53 cursos pagos de pós-graduação (*lato sensu*), desde o dia 5/3, por determinação do Tribunal Regional Federal (TRF), que acatou ação civil pública neste sentido, movida pelo Ministério Público Federal (MPF).

O juiz federal Márcio Rocha, responsável pelo caso, reconheceu que, de acordo com a Constituição Federal, cursos oferecidos por universidades públicas não podem ser cobrados. Para ele, os cursos de especialização tam-

bém integram a modalidade “ensino superior”, mesmo quando não oferecidos regularmente pela instituição.

“O juiz de primeira instância havia se manifestado contrário à suspensão dos cursos pagos. Felizmente, sua decisão foi revertida em segunda instância”, conta o estudante Rafael Lemes, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRGS. Foi o DCE que representou ao MPF, em 2003, pedindo a propositura de ação contra as cobranças indevidas.

Tendência

A decisão do TRF gaúcho

confirma uma tendência, pois coincide com outras decisões tomadas por tribunais superiores, relativas a situações similares que vinham ocorrendo na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

De acordo com o 1º secretário do Andes-Sindicato Nacional, professor Manoel Luís Martins da Cruz, a posição da entidade é sempre em defesa da gratuidade do ensino em todos os níveis da graduação e da pós-graduação. Portanto, Manoel vê com satisfação o Judiciário referendar uma po-

sição que o Andes-SN defende desde sempre.

Na USP, inúmeros cursos pagos continuam sendo oferecidos, com o beneplácito da Reitoria, por fundações ditas de apoio, entidades similares e até programas, como o Programa de Educação Continuada em Engenharia (Pece), vinculado à Escola Politécnica. Tramita em segunda instância, em grau de recurso, uma ação judicial movida pela Promotoria da Cidadania do Ministério Público Estadual, requerendo a proibição dos cursos pagos na USP.

Ainda a carreira docente

A mudança da carreira docente, tanto pelo conteúdo como pela forma de encaminhamento, apresenta inúmeros problemas que merecem uma avaliação mais detalhada e cuidadosa.

O processo que antecedeu a votação no Conselho Universitário (Co) não foi conduzido com os cuidados que uma alteração estatutária dessa natureza impõe, comprometendo a legitimidade da reforma. Em nenhum momento foram explicitados quais problemas relativos à carreira docente se pretendia e ou se poderia resolver: a reforma solucionaria problemas ainda não descobertos? As alegações apresentadas pelo professor João Grandino Rodas em defesa da alteração da carreira, durante debate promovido pela Adusp em 19/2/09, eram inconsistentes. Uma delas fazia referência a ganhos salariais (ilusão ou ilusionismo?): a dotação da universidade é fixa e o quanto se destina a salários é discutido pelo próprio Co, por ocasião da elaboração do Orçamento; e o valor total dos recursos destinados ao pagamento de docentes também é fixo. Assim, se a remuneração em alguns degraus for maior do que seria sem a alteração da carreira, em outros será necessariamente menor. Outro “argumento” seria estabelecer uma isonomia (!) entre a carreira docente e a dos funcionários, sendo que estes têm promoções independentemente de concursos ou títulos. Alegação absurda, que entretanto foi usada no debate citado.

Houve problemas também durante a votação no Co. Diferentemente do que ocorreu na reforma da carreira em 1988, quando cada item foi votado separadamente para garantir total clareza dos votantes sobre o que se estava decidindo, no processo

atual a votação foi em bloco. Isso levou ao fato absurdo de que alguns membros do Co sequer sabiam exatamente o que tinham aprovado. Além disso, parte muito importante das alterações, que são os critérios para ascensão na carreira, será definida *a posteriori*, em votação sem exigência do quorum qualificado para alteração estatutária. Será que todos concordariam com a proposta caso conhecessem, em detalhes, os critérios para a progressão na carreira e que órgão tomaria a decisão? Uma alteração da carreira cuja essência será definida apenas posteriormente pode ser entendida como um golpe... pode ser entendida como um golpe...

Votação tumultuada

Segundo relatos de participantes, a votação no Co foi tumultuada e com cédulas improvisadas. O resultado: 76 votos a favor da proposta de mudança, exatamente o número mínimo necessário para sua aprovação. Se seguidos os procedimentos da reforma de 1988, a votação seria repetida, para dar total transparência ao processo, mas isso não ocorreu. Afinal, um voto a mais poderia dar alguma legitimidade ao que foi decidido; e um a menos seria suficiente para rejeitar as alterações na carreira. Pior, com uma votação apertada, seria necessária uma cuidadosa recontagem, verificando-se inclusive se o total de votos apurados coincidia com o total de presentes. Isso também não foi feito.

Descuido?

Por incrível que possa parecer, poucas pessoas conheciam o exato teor do que foi votado. Até mesmo membros do Co só ficaram sabendo dos detalhes após a publicação no *Diário Oficial*!

Segundo o artigo 21B das

disposições transitórias, “os atuais Professores Doutores, equivalentes ao nível 1, ocupantes de cargos efetivos, com mais de 5 anos decorridos desde a primeira admissão como Professor Doutor, poderão, quando da entrada em vigor desta Resolução, pleitear avaliação para progressão ao nível de Professor Doutor 2...”. Regra análoga vale para os que já são Professores Associados (artigo 21C), que devem ser efetivos e satisfazer exigências mínimas de 5 ou 10 anos, dependendo da promoção pretendida. Ou seja, docentes em contrato precário estão excluídos dessa possibilidade; alguém que esteja há muito tempo no corpo docente da USP, mas fez o concurso de efetivação recentemente, também deverá esperar 5 ou 10 anos para pleitear alguma promoção. Entretanto, pelo artigo 76, a mesma regra não precisa ser seguida por aqueles que não fazem parte hoje do corpo docente ou não são ainda Doutores ou Associados, que devem ter “preferencialmente”, e não necessariamente, 5 ou 10 anos. Fantástico, não? Se é um erro de redação, mostra o enorme descuido da Reitoria; se é proposital, demonstra profun-

do desrespeito aos que hoje se dedicam à USP.

Há ainda problemas que virão com a definição dos critérios e dos processos de decisão das promoções. Hoje, com bancas escolhidas publicamente e sessões públicas de julgamento, não raramente há ingerências políticas e pessoais nos concursos. Mesmo em livre-docência, já ocorreram problemas de ordem não acadêmica. E isso tudo em situações de julgamento público onde, se as bancas avaliam os candidatos, o público “julga” as bancas. Embora os detalhes ainda não estejam definidos, o que foi aprovado implica avaliações não públicas, criando-se portanto a possibilidade de utilização de critérios não acadêmicos.

Certamente não estar no nível Doutor 2 ou Associado 3, embora não sejam condições indispensáveis, poderá ser um empecilho na defesa de uma livre-docência ou na participação de um concurso de professor titular. Assim, a comissão que concederá ou não as promoções passará a ter algum poder sobre julgamentos que deveriam ser exclusivamente acadêmicos. Além disso, nos concursos de titular e nas li-

vre-docências, poderá haver tratamento diferenciado para membros do corpo docente da USP, que têm níveis intermediários na carreira, em relação a pessoas de fora, que não precisarão explicar por que razão não ocupam níveis mais altos, já que esses não existem.

Precários!?

Ainda que seja proibido pela Constituição, por leis ordinárias e por decisão do próprio Co em 2004, ficam mantidos os contratos precários (artigo 76, parágrafo 8º) “por tempo determinado” de graduados (MS1) e mestres (MS2)! Será que os membros do Co tinham clareza do que estavam votando? Se não, isso é muito grave; se sim, também o é, pois há um claro desrespeito à Constituição e à decisão anterior do próprio Co.

Frente a tal situação, a assembleia da Adusp de 25/3 decidiu realizar um exame mais cuidadoso da questão, que nos permita deliberar, em breve, se entraremos com recurso no Co ou até mesmo com alguma ação judicial. É essencial a contribuição de todos os colegas preocupados com o futuro da USP, para que possamos deliberar com clareza.

Mudanças no vestibular

Mais um engodo intelectual em gestão na Reitoria?

A Reitoria conseguiu aprovar a participação da USP na Univesp a toque de caixa.

A Reitoria conseguiu que o Co mudasse os estatutos da USP sem um processo adequado de discussão da carreira docente.

E agora, está circulando na universidade uma proposta de mudança no exame vestibular, novamente sem argumentações acadêmicas que a sustentem.

Que projeto de universidade esse procedimento autoritário da Reitoria expressa?

Silêncio da Reitoria sobre Ação do Gatilho preocupa professores

Arquivo pessoal

A Reitoria não respondeu ao ofício da Adusp enviado em 19/2/2009, que solicita reunião para dar continuidade à discussão sobre o gatilho salarial. A Adusp já se manifestou em juízo, pedindo a execução da sentença para os docentes já considerados beneficiários e a apresentação pela USP da justificativa para a exclusão de vários docentes.

A gestão Suely Vilela parece querer empurrar o problema para a próxima gestão, protelando o cumprimento da ação judicial transitada em julgado e que poderia já ter reparado as perdas provocadas pelo governador Orestes Quércia ao deixar de cumprir a lei do Gatilho em 1987.

O *Informativo Adusp* entrevistou dois dos docentes cujos nomes constam, desde o início, da lista incontroversa de beneficiários.

Um deles é o professor Jorge Beloqui, do IME, na USP desde 1981. Portador de HIV, trata-se com medicamentos antivirais há vinte anos. O montante a que tem direito como beneficiário da ação do Gatilho certamente poderia contribuir no tratamento da Aids, que muitas vezes não pôde ser sustentado pelo SUS, levando Beloqui a recorrer ao sistema privado de saúde.

Um dos principais problemas no processo, para Beloqui, foi o tempo gasto para definir quem serão os beneficiários: “Ficou-se discutindo a lista dos beneficiários por muito tempo. A Reitoria poderia ter pago os que não estavam em discussão”, aponta. O que assusta o professor do IME é a suspeita de que a Reitoria esteja planejando não aceitar a decisão judicial.

Beloqui aponta a relevância da questão do Gatilho: “[A ação] é importante para todos os professores, na medida que chegou ao final reconhecendo que é justo que nós recebamos. Do ponto de vista



Professor Jorge Beloqui

geral, mostra que é necessária essa reparação. Fico muito satisfeito com a ação da Adusp para salvaguardar o que é devido aos professores da universidade”.

Indignação

A professora aposentada Maria Adélia de Souza, da FFLCH, na USP desde 1959, quando iniciou sua graduação, indigna-se com o fato de a administração silenciar quanto à ação

do Gatilho: “Estou muito zangada com o desrespeito que administração superior tem tido para comigo”, diz, referindo-se ao modo “deselegante” como a Reitoria responde a seus pedidos de informação.

Maria Adélia soube que, na Unicamp, processo idêntico está concluído e os professores já foram pagos, e informou o Ouvidor da USP sobre a diferença na celeridade dos processos nas duas universidades estaduais. Ela também pediu à Reitoria informações sobre o andamento da ação.

“Mande um e-mail para a Reitora solicitando informações oficiais. O que estava acontecendo? Como a USP, à qual eu me vinculo, estava lidando com a questão do gatilho?”, explica a professora. A resposta veio só um mês e meio depois — e “orientou” a professora a encaminhar aquelas perguntas à Adusp... “Não se trata um professor desse jeito!”, reclama Maria Adélia.

Daniel Garcia



Professora Maria Adélia

“Falta de vontade”

Ao voltar a procurar o Ouvidor da USP, ela foi informada de que “o volume de recursos necessários para pagar o gatilho é muito grande” e de que a Reitoria não tem condições de efetuar o pagamento. Maria Adélia, então, novamente contactou a administração: “Fiz um outro e-mail e o gabinete não respondeu. Estou muito bem informada pela Adusp, mas não é oficial. Querida da USP”. A es-

pera estende-se há dois meses.

O próximo passo foi procurar a Vice-Reitoria. “Mande um e-mail. E eles não respondem. É um desrespeito a um funcionário da USP, aposentado, titular”.

Para Maria Adélia, o fato de que a Unicamp já tenha pago o gatilho, e a USP não, é inadmissível: “É uma questão política. Não temos que discutir isso sob o viés do orçamento, das listas. É falta de vontade”, avalia a professora, que já foi chefe do gabinete do Reitor, durante a gestão Flávio Fava, e prefeita do Campus Butantã.

Ela destaca o papel da Adusp como positivo, nas negociações com a Reitoria em torno da lista de beneficiários: “A Adusp teve uma conduta exemplar. De absoluta transparência e respeito aos professores”.

A Adusp continuará exigindo da Reitoria o imediato cumprimento da sentença judicial.

Crodowaldo Pavan, 1919-2009

O professor Crodowaldo Pavan, que faleceu no dia 3/4, aos 89 anos, foi um dos mais importantes biólogos e geneticistas do Brasil. Também militou ativamente nas entidades de representação da área acadêmica. Presidiu a diretoria provisória da Adusp em 1976-1977, abrindo caminho para a primeira diretoria eleita da entidade. Por três gestões (1981-1987), foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

De acordo com o *Jornal da Ciência*, da SBPC, edição de 3/4/09, entre 1968 e 1975 Pavan foi professor titular de Genética, com vitaliciedade, na Universidade do Texas, em Austin, cargo do qual desistiu em 1975, regressando então ao Brasil. “Integrou a delegação brasileira no comitê cien-

tífico para estudos dos efeitos das radiações atômicas, junto às Nações Unidas. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Genética e, entre 1974 e 1980, coordenou o Programa de Integração Genética do CNPq”, informa o *JC*. Presidiu o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 1986 a 1990.

Dignidade

Formado em História Natural em 1941, pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Pavan foi logo contratado como assistente do professor André Dreyfus, fundador do Departamento de Biologia da USP. Em 1943 teve início a produtiva colaboração com Theodosius Dobzhansky, professor da Uni-



versidade de Columbia, em Nova Iorque, autor do clássico *Genetics and the origin of species* (lançado em 1937). Em 1945 Pavan concluiu o doutorado. Foi professor titular e professor emérito na USP e na Unicamp.

A pedido do *Informativo Adusp*, o professor José Jeremias, que também integrou a diretoria provisória da Adusp, lembrou alguns dos feitos de Pavan: “Ele exigiu do então reitor Orlando Marques de Paiva

um local para a assembléia de criação da Adusp, que na prática desqualificava o Decreto 477 da Ditadura que proibia tais reuniões. Eleita a diretoria em assembléia, Pavan participa com vigor no enfrentamento do chamado terceiro estágio: a presença dos militares na triagem secreta das contratações”.

“Tivemos em Pavan”, resume o professor, “um exemplo de dignidade e coragem, durante um dos momentos da transição tensa da ditadura para a democratização do país, na defesa da Universidade Pública, da pesquisa básica, da dedicação integral de docentes-pesquisadores”. Ainda segundo Jeremias, a diretoria provisória deixou a entidade consolidada, com cerca de 2 mil associados.